



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DA ESCOLA DE GOVERNO**

# ANALISTA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - LICITAÇÕES E CONTRATOS

NOME DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO \_\_\_\_\_

Nível

**SUPERIOR**

**PROVA**

**01**

Lembre-se de marcar o  
número acima na folha  
de respostas!



**instituto  
aocp**

Fraudar ou tentar fraudar  
Concursos Públicos é Crime!  
Previsto no art. 311 - A do  
Código Penal

## Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões, com **cem questões objetivas**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

## Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

## Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ **Após o início da prova**, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário depois de decorridos 60 minutos e, somente após decorridos 90 minutos, poderá deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas nesse momento.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até 3h30min após o início da prova.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

## Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC** no endereço eletrônico **www.institutoaocp.org.br**, conforme previsto em Edital.

## Língua Portuguesa

O texto a seguir refere-se às questões 1 a 8.

### QUESTIONANDO O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Marcus Eduardo de Oliveira

Para o fim último de uma sociedade que se pauta na busca da felicidade, via aquisição material, o crescimento econômico se apresenta como o caminho mais viável para isso, visto que potencializa o ciclo de acumulação do capital (produção, consumo, mais produção para mais consumo), consubstanciando-se na máxima tão proferida pelos neoclássicos de que a riqueza de um país aumenta à medida que o Produto Interno Bruto (PIB) se expande.

Assim, o consumo que, nas palavras de F. Hirsch (1931-1978), “representa o verdadeiro sujeito e objeto do crescimento econômico”, ampara tal “necessidade” de crescimento. Essa “necessidade”, por sua vez, é justificada pelo encontro do crescimento demográfico com o progresso econômico, posto esse último cada vez mais a serviço do aumento da produção material.

Pautado no interesse de fazer com que a sociedade alcance melhorias substanciais no padrão de vida das pessoas, o crescimento econômico, por ser uma espécie de “marca” que simboliza esse “progresso”, tornou-se obsessão maior das políticas governamentais pós Revolução Industrial, e, enquanto a economia mundial (atividade produtiva global) “coube” dentro do meio ambiente, tal obsessão jamais foi questionada.

A insatisfação quanto a isso, apenas para os que estão do lado de fora da economia convencional, dita, neoclássica, portanto, para aqueles que não comungam às ideias da cartilha do modelo ora vigente, passou a ser gritante após os anos 1960, quando os sinais de estresse ambiental começaram a ser notados em diversas frentes, em paralelo ao fato da abundância material ter alcançado, a partir desse período, maior proeminência, afinal a economia global estava desfrutando as benesses da chamada “Era de Ouro” do capitalismo que somente iria terminar com a chegada do primeiro choque do petróleo, em 1973.

A partir disso, a questão principal que se realça é que, à medida que o crescimento acontece, deteriora-se o meio ambiente, sem ao menos ter essas implicações ecológicas dimensionadas adequadamente na própria conta do crescimento econômico.

Desse modo, questionar o crescimento, para dizer o mínimo, torna-se mais que razoável, além de permitir o questionamento do próprio sistema que lhe dá amparo, uma vez que seus defensores contextualizam que sem crescimento não há condições possíveis de sobrevivência para o sistema ora dominante. [...]

(Adaptado de: Revista Cidadania & Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/wp-content/uploads/2016/05/rcman58.pdf>)

1

**Considerando o segundo parágrafo do texto, assinale a alternativa correta.**

- (A) As três ocorrências de aspas apresentam a mesma função.
- (B) O excerto “representa o verdadeiro sujeito e objeto do crescimento econômico” funciona com um argumento de autoridade para a defesa do autor de que o consumo é o caminho mais viável para uma sociedade feliz.
- (C) Ao indicar a data de nascimento e de falecimento de F. Hirsch, o autor fere o fator de textualidade “informatividade”, uma vez que tal conteúdo é dispensável ao texto.
- (D) Afirmar que o consumo é “sujeito e objeto do crescimento econômico” equivale a dizer que o consumo é aquilo que causa o crescimento econômico ao mesmo tempo em que este gera mais consumo.
- (E) Refere que tanto o crescimento demográfico quanto o progresso econômico têm como pressuposto o consumo como fator motivador.

**2**

**Sobre o processo de formação de vocábulos e seus significados no texto, assinale a alternativa correta.**

- (A) O vocábulo “neoclássico” é formado a partir de um processo de derivação prefixal, sendo “neo” o prefixo e “clássico” o radical.
- (B) O termo “insatisfação” é formado a partir de um processo de derivação prefixal, em que “in” possui sentido similar aos prefixos “im” (como em “impenitente”) e “i” (como em “ilegal”).
- (C) No texto, os termos “gritante” (quarto parágrafo) e “dominante” (sexto parágrafo) possuem significados similares a “que grita” e “que domina”, respectivamente.
- (D) O termo “adequadamente” é formado a partir de um processo de composição, em que as palavras “adequada” e “mente” são justapostas.
- (E) Os termos “crescimento” e “aumento” são formados por um processo de derivação sufixal, em que o sufixo “mento” se une a um verbo para formar um substantivo.

**3**

**Assinale a alternativa em que a expressão em destaque poderia ser substituída por aquela entre parênteses sem que isso modificasse o sentido original do excerto.**

- (A) “[...] o crescimento econômico se apresenta como o caminho mais viável [...]”. (transitável).
- (B) “[...] encontro do crescimento demográfico com o progresso econômico [...]”. (topográfico).
- (C) “[...] consubstanciando-se na máxima tão proferida pelos neoclássicos [...]”. (materializando-se).
- (D) “[...] melhorias substanciais no padrão de vida [...]”. (substantíficas).
- (E) “[...] a economia global estava desfrutando as benesses da chamada “Era de Ouro” [...]”. (futilidades).

**4**

**Referente ao excerto “[...] quando os sinais de estresse ambiental começaram a ser notados em diversas frentes [...]”, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Os verbos “começaram” e “ser” constituem, respectivamente, predicado verbal (sinalizando o início de um evento) e predicado nominal (denotando estado permanente).
- (B) O verbo “começaram” está flexionado no pretérito perfeito e indica que o processo de “começar” está finalizado.
- (C) O verbo “ser” está no singular porque não se flexiona o infinitivo que faz parte de uma locução verbal.
- (D) A oração está na voz passiva.
- (E) A expressão “os sinais de estresse ambiental” é um sujeito paciente, estabelecendo concordância com o verbo “começaram”.

**5**

**Em relação à expressão destacada em “[...] a riqueza de um país aumenta à medida que o Produto Interno Bruto (PIB) se expande [...]”, assinale a alternativa correta.**

- (A) Ela poderia ser substituída por “na medida que” sem que isso causasse prejuízo sintático ou semântico ao período.
- (B) Ela sinaliza uma relação sintático-semântica de causalidade entre as orações.
- (C) O termo “que” contido nela é uma conjunção integrante que une uma oração substantiva a uma oração principal.
- (D) São sinônimos dela: “na medida em que” e “conforme”.
- (E) Ela sinaliza uma relação sintático-semântica de proporcionalidade entre as orações.

**6**

Sobre o item destacado em “[...] por ser uma espécie de ‘marca [...]’”, presente no terceiro parágrafo do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de um verbo com sentido similar a “colocar”.
- (B) Trata-se de uma preposição com sentido similar à empregada na frase “Vou por aqui, não por ali”.
- (C) Introduz um agente da passiva.
- (D) Indica que a oração em foco expressa causa.
- (E) Poderia ser substituído por “ao” sem que isso modificasse a relação de sentido mantida entre as orações no período.

**7**

Sobre o excerto “[...] aqueles que não comungam às ideias [...]”, assinale a alternativa correta.

- (A) “Comungam”, no excerto em foco, é um verbo transitivo indireto cujas preposições possíveis são: “a”, “de”, “em” ou “com”.
- (B) O sinal indicativo de crase foi utilizado de forma incorreta, devendo ser omitido para que o excerto se adéque à norma-padrão da língua.
- (C) O sinal indicativo de crase aponta que o item “às” é uma preposição e pode ser adequadamente substituído por “para as”.
- (D) “Comungam”, no excerto em foco, é um verbo intransitivo, o qual não exige complemento.
- (E) Caso a palavra “ideias” fosse substituída por “princípios”, o termos “às” teria de ser substituído por “aos” para que o excerto estivesse adequado em termo de concordância e regência.

**8**

Considerando o item destacado em “[...] com a chegada do primeiro choque do petróleo [...]”, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de um numeral cardinal.
- (B) Pertence à classe morfológica dos artigos quantificadores.
- (C) É a marca linguística que permite o seguinte pressuposto: houve mais que um choque do petróleo.
- (D) É a marca linguística que permite a seguinte conclusão: houve muitos choques do petróleo.
- (E) É a marca linguística que permite ao leitor identificar a ironia no excerto.

O texto a seguir refere-se às questões 9 a 11.



Disponível em: <https://www.laerte.art.br/manual-do-minotauro/page/2/>.

9

Como o texto “Questionando o crescimento econômico” e a tirinha de Laerte podem ser relacionados?

- (A) A tirinha apresenta, de forma não literal, uma possível consequência do crescimento econômico, que não respeita os limites do meio ambiente, criticado pelo primeiro texto.
- (B) Eles estão em oposição, uma vez que o primeiro defende a preservação do meio ambiente, enquanto o segundo preza pela sobrevivência do ser humano em detrimento dos outros seres vivos.
- (C) Eles apresentam uma relação de intertextualidade, pois o segundo faz uma referência implícita ao primeiro.
- (D) Em ambos está presente a sequência textual argumentativa, visto que se utilizam de argumentos baseados no consenso para a defesa de uma opinião.
- (E) Ambos fazem uso de recursos do discurso jornalístico, como a impessoalidade e a concisão, para a realização de uma crítica social.

10

Qual é a relação entre a linguagem verbal e a linguagem não verbal no terceiro quadro da tirinha?

- (A) Ambiguidade.
- (B) Dissonância.
- (C) Causalidade.
- (D) Oposição.
- (E) Concordância.

11

Sobre a expressão “A gente”, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de um exemplo de variação linguística histórica, pois é uma forma arcaica que vem sendo progressivamente substituída pelo pronome “nós”.
- (B) É uma forma típica da modalidade escrita da língua, como é comprovado pelo fato de estar presente em uma tirinha.
- (C) Na tirinha, “A gente” estabelece relação de concordância com o verbo “achava” e com o verbo “somos”.
- (D) Embora seja semanticamente equivalente a um pronome de primeira pessoa do plural, “a gente” requer que o verbo esteja flexionado na terceira pessoa do singular.
- (E) Estabelece uma relação de polissemia com a palavra “agente”, como em “Ele é um agente da Polícia Federal”.

12

**Sobre o gênero textual “Ofício”, assinale a alternativa correta.**

- (A) Por se tratar de um tipo de comunicação interna, são opcionais as informações referentes à data e ao local.
- (B) No endereçamento a personalidades com o tratamento “Vossa Senhoria”, a forma correta de registro é “Para o Senhor” ou “Para a Senhora”.
- (C) O componente “Assunto” deve conter uma frase que resume o conteúdo do ofício em forma nominal, isto é, sem verbos.
- (D) A expressão “Doutor(a)” não deve ser utilizada para se referir a bacharéis em Direito ou em Medicina, mas apenas para se dirigir a pessoas com Doutorado.
- (E) Como forma de despedida, podem-se utilizar diversos tipos de saudações, como “Atenciosamente,” e “Sem mais para o momento,”.

13

**Sobre as bases da comunicação oficial, assinale a alternativa correta.**

- (A) A redação oficial requer a observância de padrões relacionados a linguagem, estilo, conteúdo e formatação.
- (B) É desejável que se utilize o preciosismo linguístico na redação oficial, uma vez que se trata de uma comunicação formal.
- (C) A concisão refere-se a uma economia de vocábulos e de conteúdo, já que esse atributo da comunicação oficial é o mais importante de todos.
- (D) As expressões “ilustres (ou nobres) parlamentares” e “honrosa presença”, por contribuírem para a objetividade da mensagem, são recomendadas na redação oficial.
- (E) A necessidade de formalidade na redação oficial pressupõe o eruditismo e o uso de jargões burocráticos.

## **Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Brasil**

---

14

**A procissão do Fogaréu é uma festa tradicional na cidade de Goiás. Considerado uma mistura de folclore com religiosidade, o ritual teria chegado ao Arraial de Sant’Anna – que deu origem à Cidade de Goiás – durante a**

- (A) mercantilização do diamante.
- (B) exploração do ouro pelos portugueses.
- (C) chegada dos negros escravizados.
- (D) chegada dos colonizadores franceses.
- (E) exploração do território para o plantio de café.

15

**Sobre a hidrografia, é importante destacar que é no território de Goiás que nascem drenagens alimentadoras de três importantes rios. São eles:**

- (A) Parnaíba, Tietê e Rio Doce.
- (B) Tapajós, Xingú e Paraíba do Sul.
- (C) Jaguaribe, Paranapanema e Corumbá.
- (D) Jequitinhonha, Piracicaba e Paranaíba.
- (E) Araguaia/Tocantins, São Francisco e Paraná.

16

Referente à Revolução de 1930 e ao estado de Goiás, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) Foi uma revolução popular formada pela classe trabalhadora que visava à defesa de seus direitos trabalhistas.
  - ( ) Tratava-se de uma revolução política feita por grupos heterogêneos da classe dominante com a finalidade de atender seus objetivos.
  - ( ) A revolução estava relacionada ao desenvolvimento do que seria a nova capital de Goiás e a atração de pessoas para residirem naquele local.
  - ( ) Foi um movimento social que reivindicava melhorias políticas e crescimento da democracia e teve uma grande participação popular.
- (A) F – V – V – F.  
(B) V – V – F – F.  
(C) F – F – V – F.  
(D) F – V – F – V.  
(E) V – V – V – V.

17

Com o decaimento da mineração, surgiram a agricultura de subsistência e a criação de gado que foram fundamentais para o desenvolvimento econômico de Goiás. O destaque foi para a pecuária, já que havia diversos fatores que contribuíram para o início dessa nova atividade. Dentre esses fatores, destacam-se

- (A) a baixa necessidade de grandes hectares de terra para criação do gado e nenhuma mão de obra qualificada.
- (B) a pouca cobertura vegetal e o baixo investimento para o confinamento do rebanho.
- (C) a necessidade de pouca experiência na criação bovina, a baixa fertilidade do solo e pouca chuva.
- (D) o baixo investimento em maquinários, os altos investimentos estatais para o setor e a grande procura por gado de corte geneticamente modificado.
- (E) pouca força de trabalho, a vasta propriedade territorial pouco explorada, a capacidade da autorreprodução e a capacidade do próprio rebanho em se deslocar.

## **Direito Administrativo e Constitucional**

**18**

**Considerando o que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- (B) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, embora o texto constitucional ainda não faça menção expressa dos dados nos meios digitais.
- (C) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, mas não o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- (D) Será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (E) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não tendo o proprietário direito à indenização em hipótese de dano, em razão do interesse público.

**19**

**A respeito da vigência das leis, com fundamento no que dispõe o Decreto-lei nº 4.657/42, conhecido como Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em caso de vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (B) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (C) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- (D) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- (E) Não são consideradas leis novas as correções a texto de lei já em vigor.

**20**

**De acordo com o que dispõe a Constituição Estadual do Estado de Goiás em relação ao poder executivo, assinale a alternativa correta.**

- (A) Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Governador ou o Vice-Governador não tiver assumido o cargo, este será declarado vago, ainda que por motivo de força maior.
- (B) Será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- (C) O Governador e o Vice-Governador não poderão, sem licença da Assembleia Legislativa, ausentar-se do Estado ou do País por mais de cinco dias, sob pena de perda do cargo.
- (D) Compete privativamente ao Governador do Estado dispor, em relação ao Poder Executivo e mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração estadual que implique em aumento de despesa.
- (E) O Governador não poderá delegar as atribuições previstas na Constituição Estadual porque são privativas.

**21**

**Assinale a alternativa correta acerca da organização do Estado de acordo com a Constituição Federal.**

- (A) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por leis municipais, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- (B) Compete aos Estados da Federação explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos.
- (C) Cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (D) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- (E) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

**22**

**Considerando o que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.**

- (A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de sessenta anos.
- (B) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (C) Para os cargos de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e Deputado Federal, a idade mínima para a elegibilidade é de trinta e um anos.
- (D) O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: se contar mais de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade e, se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- (E) Lei ordinária estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

**23**

No que concerne aos Contratos Administrativos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até vinte e cinco dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até quarenta e cinco dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.
- ( ) Os contratos com prazo de duração superior a seis meses deverão conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, não sendo tal cláusula exigida nos contratos com prazo igual ou inferior a seis meses.
- ( ) Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial, sendo admitido o sigilo em caso específico previsto em lei e a forma eletrônica na sua celebração, atendidas as exigências previstas em regulamento.

- (A) V – F – V.  
(B) V – F – F.  
(C) F – V – V.  
(D) F – V – F.  
(E) F – F – V.

**24**

Considerando o disposto na Constituição Federal sobre as finanças públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (B) É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria simples.
- (C) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (D) A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei ordinária.
- (E) O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

**25**

**Quanto aos servidores públicos, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com o que dispõe a Constituição Federal.**

- (A) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (B) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará, entre outros critérios, os requisitos para a investidura.
- (C) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (D) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, autorizada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
- (E) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

**26**

**Com base no que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.**

- (A) Concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento não poderá ser o do menor preço.
- (B) Pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento será sempre o de menor preço.
- (C) Diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- (D) Concurso é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ao vencedor, vedada a concessão de remuneração.
- (E) Fornecimento e prestação de serviço associado são regimes de contratação em que, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambas, por tempo indeterminado.

**27**

**Considerando as disposições da Lei Estadual nº 13.800/2001, quanto ao Recurso Administrativo, à Revisão e aos Prazos, assinale a alternativa correta.**

- (A) Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.
- (B) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- (C) Salvo disposição legal específica, é de quinze dias o prazo para oposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- (D) O não conhecimento do recurso impede a Administração de rever o ato, ainda que ilegal.
- (E) Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, incluindo-se na contagem o dia do começo e o do vencimento.

**28**

**De acordo com o que dispõe a Lei Estadual nº 13.800/2001, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.**

- (A) O processo, mesmo que eletrônico, deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas pelo responsável por sua autuação e, em sua tramitação, por quem nele inserir quaisquer documentos.
- (B) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir e podem ser produzidos de forma escrita ou oral, em português.
- (C) Não há legitimação, como interessado em processo administrativo, daqueles que não iniciaram o processo, ainda que tenham direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
- (D) As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.
- (E) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido do interessado, sendo permitida à administração pública a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo, contudo, o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

## **Raciocínio Lógico e Matemático**

29

O chefe de um setor de uma Prefeitura selecionou 80 servidores para atendimento aos contribuintes sobre três demandas: A, B e C. Para isso, determinou que 40% desses servidores atenderão somente à demanda A e 20% atenderão, simultaneamente, às demandas B e C. Além disso, os servidores que atenderão à demanda C não atenderão à demanda A. Se o grupo que atenderá à demanda A contar com 40 servidores e o grupo que atenderá à demanda B contar com 30 servidores, então, o total de servidores que atenderão exclusivamente à demanda C é

- (A) 12.
- (B) 14.
- (C) 16.
- (D) 18.
- (E) 20.

30

O critério de avaliação em um curso consiste na aplicação de seis provas, todas com notas inteiras de zero a dez, sendo as cinco primeiras com peso 1 e a última com peso 2. Gustavo não realizou a primeira prova e sua nota foi zero. A partir da segunda prova, até a quinta prova, as notas são crescentes e diferem, entre si, em apenas 1 ponto. Gustavo observou que a média aritmética das notas obtidas nas cinco primeiras provas foi 6,4. Nessas condições, a menor nota que ele precisa obter na última prova, para ser aprovado nesse curso, é

- (A) 1,0.
- (B) 2,0.
- (C) 3,0.
- (D) 4,0.
- (E) 5,0.

31

Considere as seguintes sentenças:

- Se eu me dedicar no trabalho, serei promovido.
- Registre sua presença.
- Existe político honesto no Brasil.
- Posso deixar o processo sobre a mesa?
- A Prefeitura estará atendendo ao público todos os dias, exceto aos domingos.

Quantas dessas sentenças são proposições?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

32

Assinale a alternativa que apresenta uma sentença logicamente equivalente à sentença: “Se Beatriz for promovida, então Ana será demitida”.

- (A) “Beatriz será promovida ou Ana não será demitida”.
- (B) “Se Ana for demitida, então Beatriz não será promovida”.
- (C) “Se Beatriz não for promovida, então Ana não será demitida”.
- (D) “Se Ana não for demitida, então Beatriz não será promovida”.
- (E) “Beatriz será promovida ou Ana será demitida”.

33

Seja  $f: \mathbb{R} \rightarrow \mathbb{R}$  uma função polinomial do 2º grau que satisfaz às seguintes condições relativas ao gráfico de  $f$ :

- intersecta o eixo das ordenadas no ponto  $(0, 3)$ ;
- tem vértice  $(-2, \frac{5}{2})$ .

Nessas condições, o valor de  $f(4)$  é

- (A)  $\frac{9}{2}$ .
- (B) 5.
- (C)  $\frac{11}{2}$ .
- (D) 7.
- (E)  $\frac{17}{2}$ .

34

Considere as seguintes afirmações:

- Se Ana for atriz, então a mãe de Ana não conhecerá Paris.
- Se a mãe de Ana não conhecerá Paris, então Rita não será bailarina.
- Pedro passará no concurso ou a mãe de Ana não conhecerá Paris.
- Pedro não passará no concurso e Ana não será atriz.

A partir dessas afirmações, é correto afirmar que

- (A) Rita não será bailarina e Ana não será atriz.
- (B) Ana será atriz e a mãe de Ana conhecerá Paris.
- (C) A mãe de Ana conhecerá Paris ou Rita será bailarina.
- (D) Pedro passará no concurso ou a mãe de Ana conhecerá Paris.
- (E) Pedro não passará no concurso e Ana será atriz.

35

Considere as seguintes proposições:

**P1:** “O servidor público municipal poderá firmar contratos com a Administração Pública”.

**P2:** “O servidor público municipal não poderá exercer atividades de consultoria a empresas que se relacionem com a Administração Pública”.

**P3:** “O conjunto vazio é subconjunto de qualquer conjunto”.

**P4:** “ $(2\%)^2 = 4\%$ ”.

**P5:** “A equação  $x^2 + x\sqrt{2} = 0$  não admite raiz real”.

Sabendo que as proposições **P1** e **P2** são, respectivamente, falsa e verdadeira, os valores das proposições:  $P4 \rightarrow P2$ ;  $P1 \vee P5$  e  $P1 \wedge P3$  são, respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e V.
- (C) V, F e F.
- (D) F, F e V.
- (E) F, V e F.

36

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A negação da proposição: "Se o chefe está ausente, alguns servidores não realizam os trabalhos previstos" é: "Todos os servidores realizam os trabalhos previstos e o chefe está ausente".
- II. A negação da proposição: "Todos os servidores realizam os trabalhos previstos e o chefe está presente" é: "Pelo menos um servidor não realiza os trabalhos previstos ou o chefe não está presente".
- III. A negação da proposição: "Todos os servidores realizam os trabalhos previstos e o chefe está presente" é: "Existe servidor que não realiza os trabalhos previstos e o chefe não está presente".
- IV. A negação da proposição: "Alguns servidores não realizam os trabalhos previstos ou o chefe está ausente" é: "Todos os servidores realizam os trabalhos previstos e o chefe não está ausente".

- (A) Apenas I, II e III.  
 (B) Apenas I, II e IV.  
 (C) Apenas I, III e IV.  
 (D) Apenas II, III e IV.  
 (E) I, II, III e IV.

37

Ana e Bia aplicaram, cada uma, o mesmo capital em um investimento que remunera seus clientes a uma taxa percentual anual fixa, no regime de juros compostos. Ao final do 2º ano, o capital de Ana gerou um montante de R\$ 24.200,00, enquanto, ao final do 4º ano de aplicação, o capital de Bia gerou um montante de R\$ 29.282,00. Nessas condições, a taxa percentual anual de juros do investimento foi de

- (A) 8%.  
 (B) 8,5%.  
 (C) 10%.  
 (D) 10,5%.  
 (E) 12%.

38

Em um setor de uma Prefeitura, há 7 mulheres com mais de cinco anos de experiência em determinada área e há 5 homens também com mais de cinco anos de experiência nessa mesma área. O chefe desse setor pretende formar uma comissão com 5 desses servidores, com pelo menos 3 mulheres. Nesse caso, quantas comissões podem ser formadas?

- (A) 546  
 (B) 584  
 (C) 654  
 (D) 1092  
 (E) 1168

39

Assinale a alternativa cuja proposição NÃO é uma tautologia.

- (A)  $p \vee \sim p$   
 (B)  $(p \wedge q) \rightarrow (p \leftrightarrow q)$   
 (C)  $p \rightarrow (p \vee q)$   
 (D)  $(p \wedge q) \rightarrow (p \vee q)$   
 (E)  $(p \rightarrow q) \wedge (p \vee q)$

40

A negação da proposição " $(\forall x p(x)) \wedge (\exists y q(y))$ " é

- (A)  $(\forall x \sim p(x)) \wedge (\exists y \sim q(y))$ .  
 (B)  $(\forall x \sim p(x)) \vee (\exists y \sim q(y))$ .  
 (C)  $(\exists x p(x)) \wedge (\forall y q(y))$   
 (D)  $(\exists x \sim p(x)) \wedge (\forall y \sim q(y))$   
 (E)  $(\exists x \sim p(x)) \vee (\forall y \sim q(y))$

## **Conhecimentos Específicos**

**41**

**Sobre a Constituição do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.**

- (A) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (B) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às funções de direção, chefia e assessoramento.
- (C) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão, observado, em relação aos cargos em comissão, o percentual mínimo de 10% (dez por cento).
- (D) O servidor ocupante de cargo efetivo na administração direta do Estado de Goiás, eleito para o cargo de deputado estadual, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (E) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até sua adequada reintegração em outro cargo.

**42**

**Assinale a alternativa correta no que concerne à Constituição do Estado de Goiás.**

- (A) O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, constituída de Deputados Estaduais, representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário e pelo voto direto e secreto.
- (B) Cada período legislativo terá a duração de quatro anos.
- (C) A Constituição de Goiás pode ser emendada mediante proposta dos cidadãos, subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado do Estado em vinte Municípios.
- (D) A emenda à Constituição Estadual será promulgada pelo Governador do Estado com o respectivo número de ordem.
- (E) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.

**43**

**Madalena, servidora pública da administração direta do Estado de Goiás, é mãe de um bebê com nove meses de idade. À luz da Constituição Estadual, é direito da servidora**

- (A) intervalo diário de quinze minutos para amamentação do bebê, até o lactente completar doze meses de idade.
- (B) intervalo diário de meia hora para amamentação do bebê, até o lactente completar vinte e quatro meses de idade.
- (C) intervalo diário de uma hora para amamentação do bebê, que pode ser fracionado em dois períodos de trinta minutos cada, até o lactente completar doze meses de idade.
- (D) intervalo diário de uma hora para amamentação do bebê, que pode ser fracionado em dois períodos de trinta minutos cada, até o lactente completar vinte e quatro meses de idade.
- (E) intervalo diário de duas horas para amamentação do bebê, que pode ser fracionado em dois períodos de uma hora cada, até o lactente completar vinte e quatro meses de idade.

44

O Governador de Goiás vetou, por vício de iniciativa, projeto de lei de autoria dos Deputados Estaduais que criavam duas novas Secretarias de Estado. Considerando o esse caso hipotético e as disposições da Constituição Estadual, assinale a alternativa correta.

- (A) O Governador deverá comunicar, em até vinte e quatro horas, as razões do veto à Assembleia Legislativa.
- (B) O veto, caso seja parcial, poderá abranger texto parcial de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.
- (C) Não assiste razão jurídica ao Governador, eis que a criação de Secretarias de Estado é matéria de iniciativa concorrente com os parlamentares.
- (D) O veto, a contar de seu recebimento, será apreciado pela Assembleia no prazo de trinta dias, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados.
- (E) Caso o veto seja derrubado pelos parlamentares, o projeto será imediatamente promulgado pelo Presidente da Assembleia.

45

Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, contestados em face da Constituição do Estado de Goiás, EXCETO

- (A) o Governador do Estado.
- (B) o Tribunal de Contas do Estado.
- (C) a Mesa da Câmara Municipal.
- (D) o Procurador-Geral do Estado.
- (E) a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás.

46

Em relação à Constituição do Estado de Goiás, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) Compete ao Estado instituir o imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), que terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- ( ) Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território de cada um deles.
- ( ) A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- ( ) O Governador poderá enviar mensagem à Assembleia para propor modificações nos projetos orçamentários, desde que iniciada a votação, na Comissão, da parte cuja alteração é proposta.

- (A) F – V – V – F.
- (B) F – F – F – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – F – V – F.
- (E) V – F – F – F.

47

**Sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás (Lei Estadual nº 13.800/2001), assinale a alternativa correta.**

- (A) O disposto nessa Lei não se aplica aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- (B) Considera-se órgão a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (C) Nos processos administrativos, é assegurada a interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento de sua finalidade pública, admitida aplicação retroativa de nova interpretação.
- (D) Deferida a prioridade de tramitação do procedimento administrativo, ela não cessa com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável.
- (E) O processo administrativo instaura-se a pedido do interessado, vedado seu início *ex officio*.

48

**Assinale a alternativa correta acerca do processo administrativo estadual (Lei Estadual nº 13.800/2001).**

- (A) Caso não haja competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- (B) Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada, salvo quando a lei dispensar.
- (C) A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação.
- (D) Pode ser arguido o impedimento de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
- (E) As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

49

**No que concerne ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.**

- (A) O interessado poderá, mediante manifestação escrita ou oral, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.
- (B) A desistência ou renúncia do interessado, em qualquer caso, prejudica o prosseguimento do processo.
- (C) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, inclusive nos casos de comprovada má-fé.
- (D) No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.
- (E) Em razão do interesse público, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração, ainda que causem prejuízos a terceiros.

50

**Referente ao recurso administrativo, à revisão e aos prazos (Lei Estadual nº 13.800/2001), assinale a alternativa correta.**

- (A) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de dez dias, o encaminhará à autoridade superior.
- (B) Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, no prazo máximo de cinco anos, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos que justifiquem a inadequação da sanção aplicada.
- (C) No pedido de revisão do processo administrativo, é admitida a *reformatio in pejus*.
- (D) Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.
- (E) Suspende-se o curso dos prazos processuais nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.

**51**

**Sobre a incidência da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), é correto afirmar que ela NÃO abrange as licitações**

- (A) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- (B) da Caixa Econômica Federal (CEF).
- (C) da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
- (D) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- (E) da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

**52**

**Assinale a alternativa correta de acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021).**

- (A) Considera-se compra a aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, caracterizada como imediata aquela com prazo de entrega de até trinta dias da ordem de fornecimento.
- (B) A contratação por tarefa é o regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, vedado o fornecimento de materiais.
- (C) A licitação internacional compreende a licitação processada em território nacional na qual é admitida a participação de licitantes estrangeiros, sendo proibida a cotação de preços em moeda estrangeira.
- (D) A empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total.
- (E) O preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado caracteriza o superfaturamento.

**53**

**Em relação à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.**

- (A) Não poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato pessoa física ou jurídica que, no prazo máximo de três anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente por exploração de trabalho infantil.
- (B) O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.
- (C) As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma presencial, admitida a utilização da forma eletrônica nos casos devidamente justificados.
- (D) Como regra geral no processo de licitação, a fase de habilitação precede a de julgamento.
- (E) Mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, a fase de habilitação poderá anteceder a apresentação de propostas e lances, ainda que não previsto expressamente no edital.

54

**Assinale a alternativa correta acerca da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021).**

- (A) Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, admitida a aquisição de artigos de luxo nos casos devidamente justificados.
- (B) A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de quinze dias úteis, audiência pública sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes.
- (C) Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.
- (D) Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até dois anos anteriores à data da contratação pela Administração.
- (E) Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de um ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais.

55

**No que tange à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.**

- (A) No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência, de até 10% (dez por cento) para os bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.
- (B) Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, a margem de preferência poderá ser de até 25% (vinte e cinco por cento).
- (C) É vedada a criação de outras modalidades de licitação, entretanto admite-se a combinação das modalidades já existentes.
- (D) O pregão será adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, aplicando-se, também, às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- (E) O leilão exigirá registro cadastral prévio, terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor.

56

**Determinado órgão público estadual pretende divulgar edital de licitação, na modalidade pregão, objetivando a aquisição de oitenta veículos automotores novos (zero KM) para a frota do Estado. Considerando o caso narrado e as disposições da Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), o prazo mínimo para apresentação de propostas, contado a partir da data de divulgação do edital de licitação, será de**

- (A) oito dias úteis.
- (B) dez dias úteis.
- (C) quinze dias úteis.
- (D) vinte e cinco dias úteis.
- (E) trinta e cinco dias úteis.

**57****Assinale a alternativa correta segundo a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021).**

- (A) A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.
- (B) No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- (C) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, primeiramente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- (D) Definido o resultado do julgamento, é proibido a Administração negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
- (E) Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a cinco anos.

**58****À luz da Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa que NÃO representa um caso de inexigibilidade de licitação.**

- (A) Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- (B) Nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- (C) Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- (D) Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos.
- (E) Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**59**

A respeito das alienações na Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e, tratando-se de bens imóveis, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão.
- ( ) A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento dispensará autorização legislativa e exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.
- ( ) Entende-se por investidura a alienação a outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo.
- ( ) A permuta de bens móveis, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública, é caso de inexigibilidade de licitação.

- (A) F – V – V – V.
- (B) F – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – F – V – F.
- (E) V – V – F – F.

**60**

Em relação aos instrumentos auxiliares previstos na Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- (A) O credenciamento é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação.
- (B) A realização, pela iniciativa privada, de estudos, investigações, levantamentos e projetos em decorrência do procedimento de manifestação de interesse atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório.
- (C) Quanto ao prazo, a pré-qualificação terá validade de um ano, no máximo, e poderá ser atualizada a qualquer tempo.
- (D) É admitida aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.
- (E) É lícita a exigência, pelo órgão ou entidade licitante, de registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.

**61**

**Assinale a alternativa correta acerca da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021).**

- (A) Salvo disposição em contrário, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratante.
- (B) Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, salvo de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato.
- (C) Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até seis meses, vedada a prorrogação.
- (D) A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade.
- (E) Após formalizados, os contratos não podem ser aditados para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.

**62**

**Em relação às infrações e sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.**

- (A) A sanção de advertência será aplicada exclusivamente nas hipóteses em que o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- (B) A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- (C) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de dez dias úteis, contado da data de sua intimação.
- (D) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos.
- (E) No âmbito do Poder Executivo Estadual, a sanção de impedimento de licitar e contratar é de competência exclusiva dos Secretários de Estado.

**63**

**Em determinado procedimento licitatório para a aquisição de equipamentos de informática, encerradas as fases de julgamento e habilitação, a autoridade superior, cumpridas as formalidades legais, revogou a licitação por motivos de conveniência e oportunidade, sendo os interessados devidamente intimados do ato. De acordo com a Nova Lei de Licitações, cabe recurso dessa decisão, a partir da data de intimação, no prazo de**

- (A) três dias úteis.
- (B) cinco dias úteis.
- (C) oito dias úteis.
- (D) dez dias úteis.
- (E) quinze dias úteis.

**64**

**Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta conforme a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021).**

- (A) A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de sessenta dias improrrogáveis.
- (B) Será obrigatório à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- (C) O instrumento de contrato é obrigatório, inclusive nas hipóteses de dispensa de licitação em razão de valor.
- (D) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a validade do contrato e de seus aditamentos.
- (E) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento.

**65**

**O Governo do Estado de Goiás homologou procedimento licitatório em que o objeto da licitação caracteriza a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação. Nesse caso, de acordo com a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), o contrato poderá ter vigência máxima de**

- (A) um exercício financeiro.
- (B) cinco anos.
- (C) dez anos.
- (D) quinze anos.
- (E) trinta e cinco anos.

**66**

**Sobre a execução dos contratos, assinale a alternativa correta conforme a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021).**

- (A) É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, exceto na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.
- (B) Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da homologação.
- (C) Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- (D) Independentemente de aceite pela Administração, o contratado deverá manter preposto no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- (E) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante celebração de termo aditivo.

67

Foi contratada, por licitação, empresa que ficará responsável pela reforma do edifício sede de determinada repartição pública estadual. No entanto, após iniciada a reforma, por fato superveniente à contratação, restou comprovado que serão necessários acréscimos no projeto, visando à melhor adequação técnica e aos objetivos da reforma. Nesse caso, à luz da Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), a Administração poderá promover a alteração unilateral do contrato, sendo o contratado obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos de até

- (A) 10% (dez por cento).
- (B) 25% (vinte e cinco por cento).
- (C) 40% (quarenta por cento).
- (D) 50% (cinquenta por cento).
- (E) 60% (sessenta por cento).

68

Referente à alteração e à extinção dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta segundo a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021).

- (A) A extinção do contrato configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que é vedada a indenização por meio de termo indenizatório.
- (B) As alterações na razão ou na denominação social do contratado não dispensam a celebração de termo aditivo.
- (C) O contratado terá direito à extinção do contrato nos casos de atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.
- (D) Nas hipóteses de repetidas suspensões da execução do contrato, por ordem da Administração, que totalizem mais de sessenta dias úteis, o contratado terá direito à extinção do contrato.
- (E) A extinção do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, inclusive nos casos de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

69

*“[...] pode-se definir a licitação como o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato.”*

Nesse contexto, é correto afirmar que NÃO se subordinam ao regime da Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021)

- (A) as alienações e concessões de direito real de uso de bens.
- (B) os contratos que tenham por objeto operação de crédito.
- (C) as locações.
- (D) as concessões e permissões de uso de bens públicos.
- (E) as compras, inclusive por encomenda.

70

Assinale a alternativa correta conforme a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021).

- (A) Concurso é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
- (B) A modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, é a concorrência.
- (C) Leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior retorno econômico.
- (D) O procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital e destinado à análise das condições de habilitação dos interessados ou do objeto denomina-se diálogo competitivo.
- (E) A tomada de preço é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

71

**No tocante à Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), assinale a alternativa correta.**

- (A) Considera-se empresa de pequeno porte aquela que afere, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
- (B) A administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- (C) Em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, é vedado a administração pública exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- (D) A administração pública poderá, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas local ou regionalmente, até o limite de 20% (vinte por cento) do melhor preço válido.
- (E) Aplicam-se os benefícios dessa Lei ainda que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte resultarem em prejuízos para a administração pública.

72

**Determinada microempresa deseja participar de procedimento licitatório promovido pelo Estado de Goiás para a aquisição de materiais de expediente. Nesse caso, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da referida microempresa somente será exigida para efeito de**

- (A) retirada do edital de licitação.
- (B) inscrição na licitação.
- (C) apresentação de proposta.
- (D) habilitação.
- (E) assinatura do contrato.

73

**Assinale a alternativa correta acerca do Pregão (Lei Federal nº 10.520/2002).**

- (A) No procedimento do pregão, é vedada a exigência de garantia de proposta.
- (B) Para aquisição de bens e serviços comuns ou especiais poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.
- (C) É vedada a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão.
- (D) A designação, pela autoridade competente, do pregoeiro e respectiva equipe de apoio inaugura a fase externa do pregão.
- (E) Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de oito dias úteis.

74

**No que concerne ao Pregão (Lei Federal nº 10.520/2002), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**

- I. **No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.**
- II. **A fase de recebimento de propostas antecede a fase de habilitação.**
- III. **A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.**
- IV. **O prazo de validade das propostas será de noventa dias, se outro não estiver fixado no edital.**

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas I, II e III.

**75**

**Em relação ao Decreto Estadual nº 9.666/2020, que dispõe sobre o regulamento da modalidade de licitação denominada pregão, nas formas eletrônica e presencial, assinale a alternativa correta.**

- (A) A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos fundos especiais, pelas autarquias e pelas fundações é facultativa.
- (B) O pregão, nas formas eletrônica e presencial, aplica-se às contratações de obras.
- (C) O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle interno e externo.
- (D) Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor de referência para a aplicação do desconto ficará dispensado de constar no instrumento convocatório.
- (E) Será designado como pregoeiro, obrigatoriamente, servidor público efetivo, e a respectiva equipe de apoio deverá ser integrada, no mínimo, em 2/3 (dois terços) por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, para prestar-lhe a necessária assistência.

**76**

**Conforme o Decreto Estadual nº 9.666/2020, que dispõe sobre o regulamento da modalidade de licitação denominada pregão, nas formas eletrônica e presencial, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Em se tratando de pregão ou dispensa eletrônica cuja fonte de recursos for, no todo ou em parte, da esfera federal ou de organismos internacionais, deverá ser também publicada a referida convocação no Diário Oficial da União.
- (B) Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.
- (C) O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- (D) No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará sessenta minutos.
- (E) Somente serão admitidos lances verbais em valores inferiores aos anteriormente propostos pelo mesmo licitante.

77

Segundo o Decreto Estadual nº 9.666/2020, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) Na hipótese de a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para a habilitação, o pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes.
- ( ) Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, no prazo de dez minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, hipótese adstrita ao pregão eletrônico.
- ( ) Manifestada a intenção de recorrer, as respectivas razões recursais deverão ser apresentadas no prazo de vinte e quatro horas, em local próprio no sistema eletrônico.
- ( ) Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dele decorrentes, no exercício financeiro em curso.

- (A) V – V – F – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – F – V – V.

78

Sobre o Decreto Estadual nº 9.900/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A pesquisa de preços objetiva, dentre outras situações, aferir, no caso de aditivos contratuais, se o valor proposto pela empresa contratada está de acordo com os preços praticados no mercado.
- (B) Considera-se cotação insuficiente a amostra de preços com conjunto inferior a três preços.
- (C) Para a desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo correspondente.
- (D) Na precificação por meio de nota fiscal eletrônica, deverão ser considerados os preços praticados e devidamente registrados nessa base que ocorrerem no prazo máximo de um ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório.
- (E) A precificação por meio da utilização de notas fiscais eletrônicas se dará exclusivamente para a aquisição de bens.

79

Determinado órgão público estadual realizou licitação para a formação de ata de registro de preços, objetivando as futuras aquisições de materiais de limpeza, copa e cozinha. Nesse caso, segundo o Decreto Estadual nº 7.437/2011 (Sistema de Registro de Preços), o prazo de validade da referida ata, incluída eventual prorrogação, não poderá exceder o limite de

- (A) cento e oitenta dias.
- (B) um ano.
- (C) dois anos.
- (D) três anos.
- (E) cinco anos.

**80**

**Sobre o Decreto Estadual nº 7.437/2011, que dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Será adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- (B) Quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas também deverá ser adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços.
- (C) A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência ou tomada de preço, do tipo menor preço, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.
- (D) Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade de concorrência, o tipo técnica e preço, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão ou da entidade.
- (E) A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que comprovada previamente a vantagem técnico-econômica, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**81**

**Em relação à Lei Estadual nº 17.928/2012, que dispõe sobre normas suplementares de licitações e contratos no âmbito do Estado de Goiás, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**

- I. O uso de bens móveis e imóveis estaduais poderá ser outorgado mediante concessão, cessão, permissão ou autorização, conforme o caso, atendido o interesse público.
  - II. A autorização de uso de bens públicos estaduais será feita, mediante remuneração ou com imposição de encargos, por ato administrativo e para atividades ou usos específicos e transitórios, a título precário, preservado o interesse público.
  - III. No procedimento de alienação de imóveis públicos, o preço mínimo de venda será fixado com base no valor de mercado do imóvel, estabelecido em avaliação feita pela Administração, cuja validade será de no máximo um ano.
  - IV. No caso de convênios celebrados com municípios, a Administração não poderá exigir contrapartida financeira mínima.
- (A) Apenas III.
  - (B) Apenas I e II.
  - (C) Apenas II e IV.
  - (D) Apenas III e IV.
  - (E) Apenas I, II e IV.

**82**

**De acordo com a Lei Estadual nº 17.928/2012, que dispõe sobre normas suplementares de licitações e contratos no âmbito do Estado de Goiás, quando a natureza do serviço a ser prestado exigir e uma vez comprovada a impossibilidade prática de se estabelecer o confronto entre os interessados, no mesmo nível de igualdade, indicando que determinada necessidade da Administração será melhor atendida mediante a contratação do maior número possível de prestadores de serviço, deverá ser utilizado o**

- (A) credenciamento.
- (B) pregão.
- (C) sistema de registro de preços.
- (D) regime diferenciado de contratação.
- (E) concurso.

83

Referente à Lei Estadual nº 20.491/2019, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Ao Conselho Consultivo de Gestão compete assessorar o Governador do Estado na formulação de diretrizes de ação governamental.
- II. O Conselho de Governo, que será presidido pelo Governador do Estado, terá a composição de nove membros por ele livremente escolhidos entre pessoas de notável qualificação nas mais diversas áreas do conhecimento.
- III. A atribuição de função comissionada implica a obrigatoriedade de cumprimento de jornada de oito horas diárias de trabalho.
- IV. Considera-se direção o conjunto de atribuições que, desempenhadas na posição hierárquica mais elevada de unidade administrativa integrante da estrutura básica ou complementar, dizem respeito ao cumprimento de atividades de dirigir, coordenar, controlar equipes, processos e projetos.

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas II, III e IV.

84

Sobre o Código de Ética (Decreto Estadual nº 9.837/2021), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As possíveis condutas de violação desse Código serão apuradas pela Câmara de *Compliance* do Conselho de Governo.
- (B) O processo de apuração desencadeia-se de ofício ou em razão de denúncias.
- (C) Do processo de apuração poderá resultar censura ética ou recomendação sobre a conduta adequada, sem prejuízo da apuração do fato em outras instâncias.
- (D) Toda apuração de conduta levará em consideração a situação fática na qual ocorrer a violação desse Código.
- (E) Os processos decorrentes da violação do presente Código classificam-se como públicos.

85

Em relação ao Programa de *Compliance* Público no Poder Executivo do Estado de Goiás (Decreto Estadual nº 9.406/2019), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

Constituem eixos do Programa de *Compliance* Público:

- ( ) estruturação das regras e dos instrumentos referentes aos padrões de ética e de conduta.
- ( ) fomento à transparência.
- ( ) gestão de riscos.
- ( ) responsabilização.

- (A) V – F – V – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) V – V – V – V.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – F – V – F.

86

No que concerne à Lei Estadual nº 20.489/2019, que estabelece Programa de Integridade a ser aplicado nas Empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado de Goiás, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Exige-se Programa de Integridade às empresas que celebrarem contrato com a administração pública direta, cujos limites em valor sejam superiores ao da modalidade de licitação por concorrência, sendo R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços, mesmo que na forma de pregão eletrônico, e o prazo do contrato seja igual ou superior a 180 dias.
- II. Aplica-se o disposto nessa Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado.
- III. Não subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- IV. Para que o Programa de Integridade seja avaliado, a pessoa jurídica deverá apresentar relatório do perfil e relatório de conformidade do Programa ao poder público.

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas IV.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I, II e IV.

87

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governo Federal promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público. Nesse contexto, o Estado de Goiás deverá encaminhar suas contas ao Poder Executivo da União até

- (A) 31 de março.
- (B) 15 de abril.
- (C) 30 de abril.
- (D) 15 de maio.
- (E) 31 de maio.

88

Assinale a alternativa correta no tocante à Lei de Responsabilidade Fiscal.

- (A) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.
- (B) A despesa total com pessoal para os Estados, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da sua receita corrente líquida.
- (C) A despesa total com pessoal será apurada pela média dos gastos realizados no exercício anterior.
- (D) Na verificação do atendimento aos limites de despesa total com pessoal, devem ser computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.
- (E) A verificação do cumprimento dos limites de despesa total com pessoal será realizada ao final de cada exercício financeiro.

89

Por intermédio de lei específica estadual foi aprovada subvenção social com a finalidade de cobrir despesas de custeio de determinada associação de caráter assistencial, relacionada à defesa dos direitos dos idosos. Segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro, as subvenções sociais podem ser classificadas como

- (A) transferências correntes.
- (B) serviços de terceiros.
- (C) investimentos.
- (D) inversões financeiras.
- (E) transferências de capital.

90

Referente à Lei Federal nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- II. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.
- III. Créditos extraordinários são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- IV. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas I, II e IV.

91

Como analista de gestão que administra processos de licitações e contratações, você necessita comunicar-se com as pessoas que representam as partes desses processos e, para isso, precisa transmitir credibilidade em suas mensagens para que as pessoas tenham segurança, uma vez que credibilidade se refere ao grau em que a informação fornecida pela fonte é verossímil e é uma função de três fatores. Quais são esses fatores?

- (A) Competência, posição e autoridade.
- (B) Conhecimento, probidade e coerência.
- (C) Característica, integridade e intenções.
- (D) Clareza, simplicidade e objetividade.
- (E) Capacidade, experiência e confiança.

92

Como um gestor de equipes de licitações e contratações, você necessita conhecer os fatores incidentes em muitos níveis diferentes da análise do desempenho eficaz das equipes. Qual é a chave para o sucesso para os membros da equipe trabalharem juntos de modo harmônico no nível de análise diádico?

- (A) Modelos mentais compartilhados.
- (B) Perícia e desempenho de papéis.
- (C) Fornecimento de recursos críticos.
- (D) Subordinação dos interesses pessoais.
- (E) Compromisso com as metas da equipe.

93

Nos processos de licitações e contratações, o comportamento do líder pode envolver cinco estilos diferentes de liderança baseados na interação entre preocupação com as pessoas e preocupação com a produção dos processos. Qual é o estilo de liderança em que há interdependência por meio de uma aposta comum no propósito da organização que leva a relações de confiança e respeito, conduzindo à maior produtividade dos processos?

- (A) Estilo meio do caminho.
- (B) Estilo clube de campo.
- (C) Estilo de obediência.
- (D) Estilo democrático.
- (E) Estilo moderado.

94

Para o gerenciamento dos recursos públicos com eficiência, há uma ferramenta administrativa facilitadora do planejamento, também conhecida como método gerencial básico, o qual é muito utilizado nas organizações que estão instalando programas de gestão pela qualidade e produtividade, aplica-se em todos os níveis das organizações, constituindo-se em uma excelente ferramenta na busca da melhoria contínua nos processos de licitações e contratações e, por consequência, nos resultados alcançados e é comumente representado por um círculo. Qual é essa ferramenta?

- (A) Técnica dos 5W1H.
- (B) Programa PGQP.
- (C) Método GUT.
- (D) Matriz BCG.
- (E) Ciclo PDCA.

95

A hierarquia e os graus variados de centralização podem ser utilizados para controlar as relações intergrupais e, conforme a departamentalização funcional, possibilitar o uso da autoridade hierárquica para administrar processos de licitações e contratações entre os envolvidos, mediante

- (A) a adoção de uma estrutura indiferenciada simples.
- (B) a flexibilidade da amplitude gerencial indireta.
- (C) a ampliação do âmbito da supervisão direta.
- (D) a agregação dos grupos em uma mesma gerência.
- (E) a composição de comitês de resolução de conflitos.

96

Considerando que os processos de licitações e contratações podem ser gerenciados como projetos, o elemento que realiza a comparação entre o desempenho real e o planejado, analisa variações, avalia tendências para efetuar melhorias e avalia alternativas de ações corretivas adequadas, conforme necessário nesses processos, é

- (A) a complementação.
- (B) a implementação.
- (C) a coordenação.
- (D) a estratégia.
- (E) o controle.

97

No gerenciamento dos recursos financeiros de licitações e contratações na administração pública, não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, EXCETO se

- (A) propiciar um maior número possível de marcas participantes no processo licitatório e remuneração que viabilize a continuidade da atividade dos participantes.
- (B) propiciar o incremento de alternativas que atendam ao objeto licitado e representem garantia de qualidade na aquisição das obras, serviços e compras.
- (C) propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço.
- (D) propiciar comparecimento das partes no processo licitatório e assegurar a equanimidade de participação segundo os ritos seguidos nesses processos.
- (E) propiciar completo e fiel cumprimento do edital de licitação e preservar a flexibilidade para que o processo seja encerrado no prazo e validade previstos.

98

Nas definições envolvendo licitações da administração pública, consta o projeto básico que é elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares. Dentre os elementos que o projeto básico deve conter, está o orçamento detalhado do custo global da obra, que é obrigatório exclusivamente para alguns regimes de execução, e deve ser fundamentado em

- (A) quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.
- (B) identificação de todos os seus elementos constitutivos com clareza.
- (C) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas.
- (D) variações possíveis durante as fases de realização das obras e montagem.
- (E) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra.

99

Nos contratos administrativos, a alteração dos preços para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada e mediante planilhas que expressem

- (A) os aditivos e a variação inflacionária, ou o parâmetro econômico ou operacional que fundamenta a repactuação.
- (B) as demandas e as contratações do fornecedor, ou a constatação de impedimento de continuidade da empresa.
- (C) os valores de mercado praticados e a qualidade dos serviços contratados, ou a nova realidade econômico-financeira.
- (D) os custos e a formação de preços, ou o novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- (E) as prioridades da administração pública em manter o contrato mesmo que ocorram gastos além da previsão orçamentária.

100

Os processos de licitações e contratações requerem, assim como as normas que regem esses processos, que os fundamentos da elaboração normativa, segundo alguns princípios constitucionais do Estado de Direito, sejam obedecidos para permitir a definição do objeto da proteção jurídica e o controle de legalidade da ação administrativa. Dentre esses fundamentos, qual é o que assegura que as partes envolvidas, em uma licitação ou contratação, possam identificar a situação jurídica do processo e as consequências que dela decorrem?

- (A) Reserva legal qualificada.
- (B) Clareza e determinação.
- (C) Princípio da proporcionalidade.
- (D) Densidade da norma.
- (E) Remissão legislativa.

